

Polícia Civil-ES



# Polícia Civil do Estado do Espírito Santo

CONCURSO PÚBLICO

POLÍCIA CIVIL

## Caderno de Provas Objetivas e Discursiva

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e o nome do seu cargo, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do seu cargo em cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou ao nome do seu cargo, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva, de uso opcional, não contará para efeito de avaliação.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 Não serão fornecidas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

### OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O governo garante que não faltarão recursos para as  
obras de infraestrutura. As favelas ocupadas dispunham de  
cerca de 827 milhões de reais do Programa de Aceleração do  
4 Crescimento para obras de saneamento e outras intervenções  
urbanas. Também foram anunciados a construção de 19  
escolas, obras de contenção de encostas e um programa  
7 habitacional orçado em 144 milhões de reais, entre outras medidas.

A retomada de uma área tão populosa, que até pouco  
tempo era dominada por criminosos que andavam livremente  
10 pelas ruas com fuzis e metralhadoras, animou até mesmo quem  
faz oposição ao governo. “Não há como não reconhecer que a  
retomada do controle da Vila Cruzeiro e do Complexo do  
13 Alemão foi um marco na história do Rio, porque finalmente  
libertou uma população acuada pelo tráfico”, afirma o  
presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia  
16 Legislativa; contudo, continua: “precisamos deixar o ufanismo  
de lado e colocar o pé no chão. O tráfico não acabou. A polícia  
não prendeu nenhum grande traficante, apenas algumas  
19 lideranças que atuavam no varejo. Ninguém sabe quem são os  
atacadistas. Não houve sinalização de plano de combate ao  
tráfico de armas, ponto central nessa discussão. Não se  
22 consome mais droga no Rio que em São Paulo. A diferença é  
que aqui o tráfico controla territórios com armamento de  
guerra. Por isso, aqui o tráfico é mais violento que em qualquer  
25 outra capital.”

CartaCapital, 8/12/2010, p. 28 (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, referentes aos sentidos e a aspectos  
linguísticos do texto acima.

- 1 No trecho ‘Não houve sinalização de plano de combate ao tráfico de armas, ponto central nessa discussão’ (l.20-21), a substituição de ‘sinalização’ por **sinais** manteria a correção gramatical da oração.
- 2 No trecho “A diferença é que aqui o tráfico controla territórios com armamento de guerra” (l.22-24), a oração introduzida por “que” complementa o sentido do nome “diferença”.
- 3 Infere-se do texto que a entrada da polícia nas favelas era dispensável, tendo em vista que o governo já havia alocado recursos para a ocupação da área por meio de obras de infraestrutura e de desenvolvimento social.
- 4 Na linha 5, a substituição de “foram anunciados” por **foi anunciado** manteria a correção gramatical do texto.
- 5 O complemento verbal “por criminosos que andavam livremente pelas ruas com fuzis e metralhadoras” (l.9-10) designa o ser que pratica a ação verbal.

Considerando as normas de redação de textos oficiais, julgue os próximos itens.

- 6 Embaixadores, secretários de estado dos governos estaduais e auditores da justiça militar estão entre as autoridades que devem ser tratadas por Vossa Excelência.
- 7 O fecho “Atenciosamente” deve ser empregado para saudar autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior.
- 8 Os adjetivos referidos aos pronomes de tratamento concordam com o gênero do interlocutor.

1 Eu não gosto de ninguém, ele quase respondeu,  
refreando-se a tempo; faz sentido, ele mesmo concluía — é o  
pior momento da minha vida, sem a mulher, sem o filho, sem  
4 dinheiro, e desgraçadamente sem literatura. Uma letra de tango.  
Ou “um maneirista da própria sombra”, como escreveu Eusébio  
de Mattos no Suplemento de Arte, demolindo-o até a última  
7 linha com o sadismo certeiro dos grandes críticos. Para um país  
sem crítica, aquele texto chegava a ser uma boa surpresa, ainda  
que deixasse entrever mais o prazer do ataque que o lamento  
10 sincero de um estudioso honesto, o *tsc tsc tsc* diante de um  
escritor que nunca “chegou lá” na corrida de cavalos letrados  
do panorama nacional — e Donetti sentiu a respiração opressa  
13 pelo rancor. O célebre homem brasileiro cordial é cordial não  
porque seja polido, o que ele nunca foi, mas porque nada nunca  
passa pelo cérebro antes de chegar à vida — é só um coração  
16 batendo forte no meio da rua, que é o seu lugar.

Cristovão Tezza. **Um erro emocional**. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 91 (com adaptações).

Em relação às ideias e a aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 9 Se, em vez do adjetivo “célebre” (l.13), o autor tivesse optado pela sua forma superlativa, teria de acrescentar-lhe o sufixo **-érrimo**, da seguinte forma: **celebérrimo**.
- 10 No trecho “antes de chegar à vida” (l.15), a substituição de “à” por **em** manteria a correção gramatical e o sentido original do texto.
- 11 Infere-se do texto que a expressão “*tsc tsc tsc*” (l.10) é uma forma de reproduzir em palavras a lamúria do escritor ao ler um texto de má qualidade literária.
- 12 De acordo com o texto, a cordialidade caracteriza o brasileiro como um ser emocional desprovido da capacidade de racionalização.
- 13 A correção gramatical e o sentido do texto serão mantidos caso se substitua “diante de um escritor que” (l.10-11) por **ante de um escritor o qual**.
- 14 Em ‘um maneirista da própria sombra’ (l.5) e ‘chegou lá’ (l.11), as aspas são empregadas com a função de realçar ironicamente as expressões.
- 15 No trecho “demolindo-o até a última linha” (l.6-7), o pronome exerce a função de objeto direto e poderia ser substituído por “Donetti” (l.12).
- 16 No trecho “ainda que deixasse entrever” (l.8-9), a locução conjuntiva “ainda que” poderia ser substituída por **embora**, sem que fosse alterado o sentido da oração.
- 17 No trecho “mais o prazer do ataque que o lamento sincero de um estudioso honesto” (l.9-10), a substituição da conjunção “que” por **do que** manteria a correção gramatical da relação comparativa.

1 Uma das constantes aspirações dos homens é a de  
viver em uma sociedade de iguais. Mas é claro que as  
desigualdades naturais são muito mais difíceis de vencer que as  
4 desigualdades sociais. Por essa razão, aqueles que resistem às  
reivindicações de maior igualdade são levados a considerar que  
as desigualdades são, em sua maior parte, naturais e, como tais,  
7 invencíveis ou mais dificilmente superáveis. Ao contrário,  
aqueles que lutam por maior igualdade estão convencidos de  
que as desigualdades são, em sua maior parte, sociais ou  
10 históricas. Pense-se no príncipe dos escritores igualitários:  
Rousseau. No Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre  
os Homens, ele sustenta que a natureza fez os homens iguais e  
13 a civilização os tornou desiguais ou, em outras palavras, que as  
desigualdades entre os homens têm uma origem social e, por  
isso, o homem, voltando à natureza, pode retornar à igualdade.  
16 Experimente-se agora considerar o príncipe dos escritores não  
igualitários: Nietzsche. Para o autor de Além do Bem e do Mal,  
os homens são, por natureza, desiguais e apenas a sociedade,  
19 com sua moral de rebanho, com sua religião baseada na  
compaixão, é que fez que eles se tornassem iguais. Onde  
Rousseau vê desigualdades artificiais e, portanto, condenáveis  
e superáveis, Nietzsche vê desigualdades naturais e, portanto,  
22 não condenáveis nem superáveis. Ao passo que em nome da  
igualdade natural o igualitário condena as desigualdades  
sociais, em nome da desigualdade natural o não igualitário  
25 condena a igualdade social.

A diferença entre desigualdade natural e desigualdade  
28 social é relevante para o problema do preconceito pela seguinte  
razão: com frequência, o preconceito nasce da superposição à  
desigualdade natural de uma desigualdade social que não é  
reconhecida como tal, sem, portanto, que se reconheça que a  
31 desigualdade natural foi agravada pela superposição de uma  
desigualdade criada pela sociedade e que, ao não ser  
reconhecida como tal, é considerada ineliminável.

Norberto Bobbio. *Elogio da serenidade e outros escritos  
morais*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002, p. 112-3 (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, relativos às ideias e à estrutura  
linguística do texto acima.

- 18 Os vocábulos “espécies”, “difíceis” e “históricas” são  
acentuados de acordo com a mesma regra de acentuação  
gráfica.
- 19 No trecho “com sua moral de rebanho, com sua religião  
baseada na compaixão” (l.19-20), a vírgula é empregada para  
separar elementos que exercem a mesma função sintática na  
oração.
- 20 Depreende-se do texto que a distinção entre desigualdade  
natural e desigualdade social está relacionada à capacidade que  
a natureza humana tem de aceitar as diferenças raciais, sociais  
e religiosas.
- 21 Ao citar Rousseau e Nietzsche, o autor emprega, no  
desenvolvimento do primeiro parágrafo, um recurso próprio do  
texto dissertativo-argumentativo, que consiste em fundamentar  
sua ideia por meio de analogia.
- 22 Infere-se do texto que o preconceito se fundamenta em uma  
desigualdade que pode ser eliminada.
- 23 No trecho “estão convencidos de que as desigualdades são, em  
sua maior parte, sociais ou históricas” (l.8-10), a omissão da  
preposição “de” prejudicaria a correção gramatical do período.

1 Assim foi que, reunindo muitos físicos, filósofos,  
bonzos, autoridades e povo, comunicou-lhes que tinha um  
segredo para eliminar o órgão; e esse segredo era nada menos  
4 que substituir o nariz achacado por um nariz são, mas de pura  
natureza metafísica, isto é, inacessível aos sentidos humanos,  
e contudo tão verdadeiro ou ainda mais do que o cortado; cura  
7 esta praticada por ele em várias partes, e muito aceita aos  
físicos de Malabar. O assombro da assembleia foi imenso, e  
não menor a incredulidade de alguns, não digo de todos,  
10 sendo que a maioria não sabia que acreditasse, pois se lhe  
repugnava a metafísica do nariz, cedia, entretanto, à energia  
das palavras de Diogo Meireles, ao tom alto e convencido com  
13 que ele expôs e definiu o seu remédio.

Machado de Assis. *O segredo do bonzo*. In: John Gledson.  
50 contos de Machado de Assis. São Paulo:  
Companhia das Letras, 2007, p. 125 (com adaptações).

No que se refere aos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os  
itens seguintes.

- 24 No trecho “pois se lhe repugnava a metafísica do nariz”  
(l.10-11), a partícula “se” classifica-se como pronome  
reflexivo.
- 25 No trecho “sendo que a maioria não sabia que acreditasse”  
(l.10), a substituição de “sendo que” por **se bem que** manteria  
a correção gramatical e o sentido do texto.

Considerando que um computador já tem instalados os programas  
e periféricos necessários à execução das suas tarefas, esteja sendo  
ligado e colocado em operação para o início dos trabalhos diários  
do setor, julgue os itens a seguir, que versam sobre o  
comportamento de seus componentes funcionais nesse exato  
momento.

- 26 O carregamento (*boot*) do sistema operacional Linux pode ser  
gerenciado pelo programa LILO.
- 27 Quando é ligado, o computador faz um autodiagnóstico. Se,  
por exemplo, o teclado não estiver conectado ao computador,  
o fato é identificado nesse processo e a inicialização do sistema  
é automaticamente interrompida.
- 28 A memória principal do computador, por ser volátil, precisa  
ser atualizada com dados e instruções cada vez que o  
computador é ligado.

Considere que um computador já está em sua operação diária e que  
já tem instalados os programas e periféricos necessários a execução  
dessas tarefas. Julgue os itens subsequentes, a respeito do uso dos  
periféricos e dos programas necessários ao bom uso do computador.



- 29 Um programa navegador na Internet pode armazenar uma  
cópia dos itens acessados recentemente. A vantagem desse  
procedimento é permitir acelerar a visão novamente desses  
itens. A desvantagem é o gasto de espaço de armazenamento.
- 30 Para se transferir arquivos entre computadores conectados na  
Internet pode ser usado o protocolo FTP (*file transfer  
protocol*). Para o usuário fazer uso desse recurso, é  
imprescindível que ele possua conta e senha no computador  
que vai oferecer o arquivo.
- 31 Para o usuário transferir as mensagens do correio eletrônico  
para o cliente de *email*, de modo a ler e responder as  
mensagens já recebidas estando desconectado da Internet e  
realizando essa conexão apenas no momento de transmissão da  
resposta, basta utilizar o programa Internet Explorer.
- 32 O sistema operacional do computador estará em funcionamento  
mesmo quando se estiver editando uma planilha eletrônica.
- 33 As impressoras matriciais já estão obsoletas e, caso estejam  
disponíveis em um setor, devem ser substituídas por outras  
mais modernas, de modo a reduzir o consumo de material e o  
nível de ruído.

RASCUNHO

Julgue os itens que se seguem, referentes a conceitos e funções de aplicativos de editores de texto, planilhas eletrônicas, apresentações e gerenciadores de banco de dados.

- 34 Em uma planilha eletrônica, preenchendo-se qualquer valor numérico nas células B3 e B4, o resultado da fórmula =SE(B3>SOMA(B3:B4), OK, NC) será sempre NC.
- 35 Configurando-se as opções de impressão de um texto editado no Writer do BrOffice é possível passar para o papel as marcas de parágrafo, paradas de tabulação e quebras de linha.
- 36 Para organizar os arquivos e pastas de um computador, o Windows 7 também usa bibliotecas que podem reunir itens do próprio computador ou de um disco rígido de outra máquina.
- 37 Os arquivos do Microsoft PowerPoint dos tipos .ppt, .pps e .pptx podem ser abertos pelo módulo Impress do BrOffice.
- 38 A definição da chave primária de uma tabela criada no banco de dados pode ser feita com a combinação de vários campos.

Julgue os itens seguintes, referentes a problemas e soluções possíveis na utilização do computador.

- 39 Se, ao acessar um endereço da Internet, o sítio correspondente mostrar-se inacessível, esse problema poderá estar relacionado com o filtro de pacotes utilizado pelo administrador da rede para aumentar a segurança do ambiente.
- 40 No BrOffice, caso o *mouse* pare de funcionar, pode-se fechar as janelas dos programas que estavam em uso acionando-se simultaneamente as teclas  e .

Os policiais da delegacia de defesa do consumidor apreenderam, em um supermercado, 19,5 kg de mercadorias impróprias para o consumo: potes de 150 g de queijo e peças de 160 g de salaminho.

Com base nessa situação, julgue os itens a seguir.

- 41 Suponha que os potes de queijo tenham a forma de um tronco de cone de 7 cm de altura, em que o raio da base maior meça 4 cm e o da base menor, 3 cm. Nesse caso, tomando 3,14 como valor aproximado para  $\pi$ , é correto afirmar que essas embalagens têm capacidade para, no máximo, 250 mL.
- 42 Se cada pote de queijo era vendido a R\$ 9,80 e cada peça de salaminho era vendida a R\$ 12,50, e se o prejuízo do supermercado decorrente do impedimento da venda desses produtos foi calculado em R\$ 1.427,50, então foram apreendidos 50 potes de queijo e 75 peças de salaminho.
- 43 Se 80 potes de queijo foram apreendidos, então foram apreendidos menos de 8 kg de salaminho.

Uma pesquisa de rua feita no centro de Vitória constatou que, das pessoas entrevistadas, 60 não sabiam que a polícia civil do Espírito Santo possui delegacia com sistema *online* para registro ou denúncia de certos tipos de ocorrência e 85 não sabiam que uma denúncia caluniosa pode levar o denunciante à prisão por 2 a 8 anos, além do pagamento de multa. A partir dessas informações, julgue o item seguinte.

- 44 Considerando-se que também foi constatado que 10 dos entrevistados não sabiam do canal de comunicação *online* nem das penalidades cabíveis a denúncias caluniosas, é correto concluir que 135 pessoas não tinham conhecimento de pelo menos uma dessas questões.

Para o bom desempenho das funções dos agentes, os departamentos de polícia frequentemente realizam compras de equipamentos. Para certa compra licitada, um fabricante ofereceu 6 modelos de radiotransmissores. Com base nessa situação, julgue o item que se segue.

- 45 Suponha que, para cada lote de 3 radiotransmissores de determinado modelo, a probabilidade de 1 deles apresentar defeito é 0,25, de 2 deles apresentarem defeito é 0,025, e de 3 apresentarem defeito é 0,0005. Nessa situação, considerando-se que, se pelo menos 1 dos radiotransmissores de um lote apresentar defeito, todo o lote será rejeitado, é correto afirmar que a probabilidade de se rejeitar um lote é inferior a 25%.

Para descobrir qual dos assaltantes — Gavião ou Falcão — ficou com o dinheiro roubado de uma agência bancária, o delegado constatou os seguintes fatos:

- F1 – se Gavião e Falcão saíram da cidade, então o dinheiro não ficou com Gavião;  
 F2 – se havia um caixa eletrônico em frente ao banco, então o dinheiro ficou com Gavião;  
 F3 – Gavião e Falcão saíram da cidade;  
 F4 – havia um caixa eletrônico em frente ao banco ou o dinheiro foi entregue à mulher de Gavião.

Considerando que as proposições F1, F2, F3 e F4 sejam verdadeiras, julgue os itens subsequentes, com base nas regras de dedução.

- 46 A negação da proposição F4 é logicamente equivalente à proposição “Não havia um caixa eletrônico em frente ao banco ou o dinheiro não foi entregue à mulher de Gavião”.
- 47 A proposição “O dinheiro foi entregue à mulher de Gavião” é verdadeira.
- 48 A proposição F2 é logicamente equivalente à proposição “Se o dinheiro não ficou com Gavião, então não havia um caixa eletrônico em frente ao banco”.

Um argumento constituído por uma sequência de três proposições — P1, P2 e P3, em que P1 e P2 são as premissas e P3 é a conclusão — é considerado válido se, a partir das premissas P1 e P2, assumidas como verdadeiras, obtém-se a conclusão P3, também verdadeira por consequência lógica das premissas. A respeito das formas válidas de argumentos, julgue os próximos itens.

- 49 Considere a seguinte sequência de proposições:

- P1 – Existem policiais que são médicos.  
 P2 – Nenhum policial é infalível.  
 P3 – Nenhum médico é infalível.

Nessas condições, é correto concluir que o argumento de premissas P1 e P2 e conclusão P3 é válido.

- 50 Se as premissas P1 e P2 de um argumento forem dadas, respectivamente, por “Todos os leões são pardos” e “Existem gatos que são pardos”, e a sua conclusão P3 for dada por “Existem gatos que são leões”, então essa sequência de proposições constituirá um argumento válido.

RASCUNHO

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Relativamente ao conceito de pessoa administrativa e à delegação e avocação de competências, julgue os itens a seguir.

- 51 Um órgão administrativo só poderá delegar parte da sua competência, se não houver impedimento legal, a outros órgãos que lhe sejam hierarquicamente subordinados, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- 52 Somente em caráter temporário e por motivos relevantes devidamente justificados é permitida a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
- 53 Tanto as pessoas públicas quanto as pessoas de direito privado instituídas pelo Estado têm personalidade jurídica própria, capacidade de autoadministração e patrimônio próprio.

Julgue o item subsequente, que versa sobre a descentralização e desconcentração da atividade administrativa do Estado.

- 54 Diferentemente da descentralização, em que a transferência de competências se dá para outra entidade, a desconcentração é processo eminentemente interno, em que um ou mais órgãos substituem outro com o objetivo de melhorar e acelerar a prestação do serviço público.

Considerando os princípios e as normas sobre processo administrativo, julgue os seguintes itens.

- 55 Terão prioridade na tramitação do processo administrativo, em qualquer órgão ou instância, em que figurem como partes ou interessados, pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, pessoas portadoras de deficiência, física ou mental, e portadores de doenças graves.
- 56 Os princípios que informam o processo administrativo são os mesmos que informam o processo judicial, aplicando-se, com a mesma intensidade, em um e outro processo.

A respeito dos direitos e deveres dos servidores públicos civis, julgue o item a seguir.

- 57 O adicional por tempo de serviço é direito do servidor da administração direta e indireta, calculado sobre o vencimento básico do cargo ou emprego no qual esteja efetivamente investido, pelo simples decurso de um prazo de prestação de serviço.

Com relação à Lei de Improbidade Administrativa, julgue o item subsequente.

- 58 Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade, sem prejuízo de representar também ao Ministério Público.

Acerca do poder de polícia e dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 59 A nulidade absoluta de um ato administrativo somente pode ser decretada pelo Poder Judiciário, mediante provocação do interessado ou do Ministério Público; a nulidade relativa pode ser decretada pela própria administração, independentemente de provocação do interessado.
- 60 Todas as medidas de polícia administrativa são autoexecutórias, o que permite à administração pública promover, por si mesma, as suas decisões, sem necessidade de recorrer previamente ao Poder Judiciário.

Julgue os itens a seguir, acerca dos direitos sociais.

- 61 Os sindicatos têm legitimidade para atuar na defesa dos direitos coletivos dos integrantes da categoria por eles representada, mas não na defesa dos direitos subjetivos individuais destes.
- 62 Na condição de direitos fundamentais, os direitos sociais são autoaplicáveis e suscetíveis de defesa mediante ajuizamento de mandado de injunção sempre que a omissão do poder público inviabilize seu exercício.

Julgue o item que se segue, relativo à garantia dos direitos coletivos.

- 63 São legitimados para a propositura do mandado de segurança coletivo os partidos políticos com representação no Congresso Nacional, as entidades de classe, as associações e as organizações sindicais em funcionamento há pelo menos um ano, na defesa dos interesses coletivos e dos interesses individuais homogêneos.

Tendo em vista a disciplina constitucional sobre os direitos à liberdade e à propriedade, julgue os próximos itens.

- 64 A propriedade poderá ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mas sempre mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
- 65 A Constituição Federal de 1988 confere à liberdade de locomoção caráter absoluto, que não comporta restrição de qualquer natureza.

Julgue os itens subsecutivos, a respeito dos Poderes Executivo e Judiciário.

- 66 Somente o Supremo Tribunal Federal, de ofício ou mediante provocação, tem competência para a edição, a revisão e o cancelamento de súmula vinculante.
- 67 O encaminhamento, ao Poder Legislativo, das propostas orçamentárias do Supremo Tribunal Federal e dos demais tribunais superiores cabe ao presidente desse tribunal, com a aprovação dos respectivos tribunais.
- 68 O julgamento do presidente da República por crime de responsabilidade será feito pelo Senado Federal, em sessão presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, e a condenação dependerá da aprovação de dois terços dos votos de todos os membros do Senado.

Acerca da disciplina constitucional sobre o Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 69 Os membros do Congresso Nacional não poderão, desde a expedição do diploma, ser criminalmente processados sem prévia licença de sua respectiva casa.
- 70 A aprovação de projetos de lei ordinária condiciona-se à maioria simples dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, ou seja, somente haverá aprovação pela maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Acerca do direito penal, julgue os itens subsequentes.

- 71 A tentativa e o crime omissivo impróprio são exemplos de tipicidade mediata.
- 72 A falta de consciência da ilicitude, se inevitável, exclui a culpabilidade.
- 73 No crime de desacato, o sujeito passivo é o funcionário público ofendido, e o bem jurídico tutelado é a honra do funcionário público.
- 74 Os crimes de ação múltipla são aqueles que possuem diversas modalidades de condutas descritas no tipo, impondo-se a prática de mais de uma para a sua caracterização.
- 75 O concurso de pessoas, no sistema penal brasileiro, adotou a teoria monística, com temperamentos, uma vez que estabelece certos graus de participação, em obediência ao princípio da individualização da pena.
- 76 Nos termos do Código Penal, é inimputável aquele que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, com relação ao direito penal.

- 77 Frederico, na condição de advogado constituído por um investigado, recebeu das mãos do escrivão da delegacia os autos do inquérito policial para exame e, ao final da consulta, deixou de restituí-los ao cartório da delegacia, levando-os consigo, sem autorização para tanto. Nessa situação, caracterizou-se o crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório.
- 78 Cosme, maior, capaz, morador do bairro Poligonal I, em Vitória – ES, distribuiu sinal de TV a cabo no bairro, sem autorização da empresa concessionária do serviço. Nessa situação, Cosme praticou crime de furto qualificado pela fraude.
- 79 Robson, motorista profissional, foi contratado por um grupo de pessoas para fazer o transporte em seu caminhão, de mercadorias que foram objeto de roubo. No início da viagem, o veículo foi interceptado e o motorista, preso pela polícia. Nessa situação, Robson praticou o crime de receptação, na modalidade de transportar coisa que sabe ser produto de crime.
- 80 Juca, portador do vírus HIV, de forma consciente e voluntária, manteve relações sexuais com Jéssica, com o objetivo de transmitir-lhe a doença e, ao fim, alcançou esse objetivo, infectando-a. Nessa situação, Juca incorreu na prática do crime de perigo de contágio venéreo.

Julgue os itens que se seguem, acerca do direito processual penal.

- 81 O juiz, ao reconhecer a ilicitude de prova constante dos autos, declarará nulo o processo e ordenará o desentranhamento da prova viciada.
- 82 A competência estabelecida pela prevenção é absoluta, sob pena de ofender o princípio constitucional do juízo natural.
- 83 A ação penal constitucional não condenatória de *habeas corpus* tem por finalidade evitar ou interromper violência à liberdade de locomoção por ato ilegal ou com abuso de poder perpetrado por agente público ou particular.

Com relação ao inquérito policial (IP), julgue os itens que se seguem.

- 84 Arquivado o IP, por falta de elementos que evidenciem a justa causa, admite-se que a autoridade policial realize novas diligências, se de outras provas tiver notícia.
- 85 São formas de instauração de IP: de ofício, pela autoridade policial; mediante representação do ofendido ou representante legal; por meio de requisição do Ministério Público ou do ministro da Justiça; por intermédio do auto de prisão em flagrante e em virtude de *delatio criminis* anônima, após apuração preliminar.
- 86 O desenvolvimento da investigação no IP deverá seguir, necessariamente, todas as diligências previstas de forma taxativa no Código de Processo Penal, sob pena de ofender o princípio do devido processo legal.
- 87 O indiciamento do investigado é ato essencial e indispensável na conclusão do IP.

Acerca da prisão em flagrante, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 88 Robson, policial militar, denunciado pela prática de homicídio qualificado cometido contra civil, passou a ameaçar testemunhas do processo. Nessa situação, para o juiz decretar a prisão preventiva, deverão estar presentes os seguintes requisitos: prova da existência do crime, indícios de autoria e necessidade de garantir a instrução criminal.
- 89 Rodolfo é acusado da prática de crime contra o sistema financeiro e, para as investigações, se considerou imprescindível a custódia do mesmo. Nessa situação, a autoridade policial estará legitimada a representar pela decretação da prisão temporária.
- 90 Ronaldo e Ricardo praticaram crime de latrocínio e, logo após a execução do delito, foram perseguidos pela polícia por dois dias consecutivos, de forma ininterrupta, sendo alcançados e presos. Nessa situação, a legislação permite a prisão e apresentação dos acusados, mas veda a lavratura do auto de prisão em flagrante em face do transcurso de lapso temporal superior a vinte e quatro horas do crime.

Com relação à legislação especial, julgue os itens que se seguem.

- 91** No crime de tortura em que a pessoa presa ou sujeita a medida de segurança é submetida a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, não é exigido, para seu aperfeiçoamento, especial fim de agir por parte do agente, bastando, portanto, para a configuração do crime, o dolo de praticar a conduta descrita no tipo objetivo.
- 92** As armas de fogo apreendidas após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal, serão encaminhadas pelo juiz competente à Secretaria de Segurança Pública do respectivo estado, no prazo máximo de 48 horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma da lei.
- 93** De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o simples fato de portar arma de fogo de uso permitido com numeração raspada viola o previsto no art. 16, da Lei n.º 10.826/2003, por se tratar de delito de mera conduta ou de perigo abstrato, cujo objeto imediato é a segurança coletiva.
- 94** A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite que a prova da embriaguez ao volante deve ser feita, preferencialmente, por meio de perícia (teste de alcoolemia ou de sangue), mas esta pode ser suprida, se impossível de ser realizada no momento ou em vista da recusa do cidadão, pelo exame clínico e, mesmo, pela prova testemunhal em casos excepcionais.
- 95** Os crimes de abuso de autoridade serão analisados perante o Juizado Especial Criminal da circunscrição onde os delitos ocorreram, salvo nos casos em que tiverem sido praticados por policiais militares.
- 96** A suspensão condicional do processo poderá ser revogada em caso de prática de novo crime ocorrido na vigência do benefício ou nos casos de descumprimento da obrigação de reparação do dano.
- 97** Tendo o Ministério Público reconhecido a concorrência dos requisitos, subjetivos e objetivos, para a proposta de suspensão condicional do processo, não é dado ao magistrado dela se dissociar com fulcro em argumentos próprios de juízo de mérito.
- 98** Na lei que disciplina os casos de organização criminosa, não se exige a prévia autorização judicial para a realização da chamada ação policial controlada.
- 99** Caso, em juízo, o usuário de drogas se recuse, injustificadamente, a cumprir as medidas educativas que lhe foram impostas pelo juiz, este poderá submetê-lo, alternativamente, a admoestação verbal ou a pagamento de multa.
- 100** O Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que é cabível a aplicação do instituto da liberdade provisória nos casos que envolvam a prática do crime de tráfico ilícito de substância entorpecente.

Com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os próximos itens.

- 101** De acordo com o entendimento firmado no âmbito do STJ, havendo termo, a duração da medida socioeducativa estabelecida pela sentença deve ser adotada como parâmetro no cálculo do prazo prescricional.
- 102** O regime de semiliberdade imposto a adolescente infrator, a ser cumprido no prazo determinado pelo juízo, pode ser estabelecido desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, e possibilita a realização de atividades externas mediante autorização judicial.
- 103** A regra prevista no Código de Processo Civil (CPC), que confere prazo em dobro para o Ministério Público e a Fazenda Pública recorrerem, é aplicável aos procedimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 104** Aplica-se a prescrição penal às medidas socioeducativas.

Com relação à legislação especial, julgue os itens a seguir.

- 105** Excetuando-se o caso em que o agente se omite diante das condutas configuradoras dos crimes de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, iniciará o agente condenado pela prática do crime de tortura o cumprimento da pena em regime fechado.
- 106** Nos casos de prisão temporária, sempre que houver o cumprimento do mandado judicial, o preso deverá ser submetido, obrigatoriamente, ao exame de corpo de delito.
- 107** A prisão temporária será decretada pelo juiz em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 dias, excetuando-se os casos previstos na lei dos crimes hediondos, prorrogável por igual período, mediante mandado judicial, em caso de conveniência da instrução criminal.
- 108** É irrelevante a existência, ou não, de fundamentação cautelar para a prisão em flagrante por crimes hediondos ou equiparados.
- 109** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça mais atualizada e ampla tem se firmado no sentido de que, nos casos de crimes contra a dignidade sexual, o consentimento da vítima menor de 14 anos de idade, ou sua experiência em relação ao sexo, não tem relevância jurídico-penal.
- 110** A nenhuma pessoa física, bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro, exceto para a prática de determinado ato em que for exigida a apresentação de documento de identificação, ocasião em que a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até dez dias, os dados que interessarem, devolvendo, em seguida, o documento ao seu exibidor.
- 111** São considerados hediondos os crimes de estupro e atentado violento ao pudor praticados com violência presumida.
- 112** Em caso de atitude suspeita, deixa o policial civil de praticar o crime de abuso de autoridade ao invadir domicílio na busca do estado de flagrância de crime permanente.



Com relação à legislação especial, julgue os itens que se seguem.

- 113** Para que a norma penal incriminadora — que prevê a proibição de utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos na prática da pescaria —, contida na Lei n.º 9.605/1998 (Crimes contra o meio ambiente), incida sobre caso concreto, é indispensável que a pesca com equipamentos proibidos possa, efetivamente, causar risco às espécies ou ao ecossistema.
- 114** Deve-se reconhecer a atipicidade material da conduta de uso de apetrecho de pesca proibido se resta evidente a completa ausência de ofensividade ao bem jurídico tutelado pela norma penal, qual seja, a fauna aquática.
- 115** Se o acusado por crime de lavagem de capital, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar sua prisão preventiva.

Julgue os itens a seguir, acerca de documentos médico-legais, perícia e peritos.

- 116** Declarações, laudos, receitas e atestados são documentos médico-legais emitidos por médico.
- 117** Laudo pericial é o relatório emitido pelo perito acerca do exame realizado no corpo de delito.
- 118** Não tem valor legal o laudo de exame de corpo de delito por via indireta, pois a vítima, nesse caso, não é examinada pessoalmente pelo perito.

Julgue os itens que se seguem, acerca de interpretação de laudos periciais médico-legais.

- 119** Se, durante a interpretação do laudo pericial, o escrivão observa que o quesito que indaga sobre perigo de vida foi respondido afirmativamente, conclui-se que a lesão é de natureza grave.
- 120** A autoridade requerente da perícia não tem a prerrogativa de solicitar esclarecimentos acerca do relatório, pois a autonomia do perito deve ser respeitada.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Um escrivão de polícia, no exercício de suas funções e em razão delas, constatou a ocorrência dos seguintes fatos, durante o plantão na delegacia em que trabalha: determinado delegado de polícia, ao receber e despachar as comunicações da prática de crimes registrados nos boletins de ocorrência, em especial dos crimes contra o patrimônio, antes de ordenar a instauração de inquérito policial, fazia uma prévia análise do valor dos bens envolvidos e(ou) prejuízos sofridos pelas vítimas e, sem qualquer diligência ou ato investigativo, ordenava o arquivamento de procedimentos que considerasse de pequeno valor ou de montante insignificante, sob o fundamento de que a delegacia tinha ocorrências mais importantes para investigar e, portanto, não poderia perder tempo com aquelas ninharias. Constatou-se, igualmente, que, em dois episódios ocorridos, para atender solicitação dos acusados, deixou de ordenar a instauração de inquérito policial em acusações de lesões corporais e concussão, por serem os acusados seus conhecidos e em razão da amizade e afeição que nutria pelos envolvidos, tendo estes solicitado que não fossem adotadas as medidas legais para investigação dos casos.

Com referência à atuação dos agentes públicos envolvidos na situação hipotética acima descrita, redija um texto dissertativo que responda, necessariamente e de forma justificada, os seguintes questionamentos:

- ▶ O ordenamento jurídico acolhe o procedimento adotado pelo delegado plantonista em relação aos crimes contra o patrimônio?
- ▶ Ao deixar de instaurar o inquérito nos crimes de lesões corporais e concussão houve prática da infração penal? Em caso afirmativo, indique que crime(s) e quem o(s) praticou?
- ▶ Há dever legal por parte do escrivão de adotar alguma medida? Em caso afirmativo, indique que medida(s) e seu(s) efeito(s) no âmbito legal.

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	